

Uma análise econômica crítica da tese da decadência hegemônica dos Estados Unidos de Giovanni Arrighi.

Numa Mazat¹

Resumo:

Giovanni Arrighi desenvolveu o modelo dos “ciclos sistêmicos de acumulação” associando as transições hegemônicas e as mudanças nos “regimes de acumulação” para estudar as origens e as transformações do sistema mundial. De acordo com essa teoria, Arrighi considera que a expansão financeira que se deu a partir dos anos 70 é o sinal claro que a hegemonia norte-americana já entrou numa “crise terminal”. Arrighi defende a idéia que os Estados Unidos estão presos numa espiral negativa do ponto de vista econômico que associa os desgastes orçamentários da Guerra no Iraque, o crescente aumento de seu endividamento, a perda de credibilidade do dólar como moeda internacional e a ascensão da China.

Este artigo se propõe a criticar a tese da decadência dos Estados Unidos elaborada por Giovanni Arrighi mostrando que a potência econômica norte-americana continua se mantendo numa posição hegemônica. Assim, a visão do endividamento dos Estados Unidos como fonte de ameaça à sua estabilidade econômica e da suposta perda de centralidade do dólar a nível mundial é combatida. Da mesma forma, é rejeitado o argumento do peso das despesas militares como elemento de enfraquecimento econômico estadunidense. É, também, criticada a tese de Arrighi segundo a qual a taxa de retorno do estoque de capital investido no comércio e na produção deveria cair durante a fase de expansão financeira do hegemôn. Enfim, é mostrado que a idéia de um deslocamento do poder econômico dos Estados Unidos para a China, que estaria se tornando um novo hegemôn, parece, também, não corresponder à realidade.

¹ Mestre em Economia pelo IE/UFRJ, Doutorando em Economia Política Internacional pelo PEPI/UFRJ, bolsista FAPERJ e membro do grupo de Economia Política do IE/UFRJ.

I. Introdução.

Giovanni Arrighi estudou as origens e as transformações do sistema mundial, na perspectiva de um tempo estrutural, a “longue durée”. Arrighi, ao lado de Immanuel Wallerstein, se inseriu no ramo da Macrossociologia Histórica que ele mesmo chamou “Economia Política dos Sistemas–Mundo” (EPSM) e desenvolveu o modelo dos “ciclos sistêmicos de acumulação” associando paralelamente as transições hegemônicas e as mudanças nos “regimes de acumulação”. Esse programa de pesquisa, ao contrário de Wallerstein, começou com a preocupação de entender a crise econômica mundial da década de 1970. Aliás, Arrighi escreve no prefácio de sua obra mais importante, “O Longo Século XX”:

“Este livro começou há quase quinze anos, como um estudo da crise econômica mundial da década de 1970. Essa crise foi considerada como o terceiro e último momento de um único processo histórico, definido pela ascensão, plena expansão e derrocada do sistema norte-americano de acumulação de capital em escala mundial” (ARRIGHI, 1996, p. IX).

A tese do fim da hegemonia dos Estados Unidos exerceu, então, um papel fundamental na constituição da teoria de Giovanni Arrighi. A análise de Arrighi é apoiada tanto sobre elementos de ordem econômica quanto de ordem política ou militar. Este artigo se propõe a analisar criticamente os argumentos de Arrighi a favor da idéia do fim da hegemonia americana somente do ponto de vista da Economia Política. Assim, no campo da Economia Política, vários autores oriundos da chamada “abordagem clássica do excedente”, como Pierangelo Garegnani, Carlos Medeiros ou Franklin Serrano, desenvolveram diretamente trabalhos que mostram, diretamente ou indiretamente, que os Estados Unidos estão ainda longe de se aproximar de uma crise terminal de sua hegemonia econômica.

Num primeiro tempo, será exposto de forma sintética o modelo dos “ciclos sistêmicos de acumulação” no qual se apoia Arrighi para defender a idéia do fim da hegemonia americana. Depois, será apresentada de forma mais detalhada a tese da decadência econômica dos Estados Unidos elaborada por Giovanni Arrighi. Enfim, este artigo se propõe a criticá-la mostrando que a potência econômica norte-americana continua se mantendo numa posição hegemônica.

II. O modelo dos “ciclos sistêmicos de acumulação” de Giovanni Arrighi.

A principal contribuição de Arrighi para interpretar o funcionamento do sistema mundial foi o conceito de “ciclo sistêmico de acumulação”. Arrighi, em “O Século Longo” estava interessado na camada superior do capitalismo e, como tinha proposto Braudel sem realmente fazê-lo queria *“acompanhar o dono do dinheiro até outro domicilio oculto, onde só se é admitido a negócios, mas que fica um andar acima, e não um andar abaixo do mercado. Ali, o dono do dinheiro encontra-se com o dono, não da força de trabalho, mas do poder político”* (ARRIGHI, 1996 p. 25). O capitalismo, nesta visão inspirada de Braudel, é o lugar dos “lucros extraordinários”, que permitem a acumulação da riqueza graças à aliança do capital financeiro com o poder político. O capitalismo é o “anti-mercado”, no sentido que os “lucros extraordinários” são obtidos quando os mecanismos de mercado são negados, como no caso de monopólios ou de oligopólios.

Arrighi estava preocupado em entender *“como o capitalismo ergueu-se acima das estruturas da economia mundial de mercado preexistente e, com o correr do tempo, adquiriu seu poder de moldar de maneira nova os mercados e as vidas do mundo inteiro”* (ARRIGHI, 1996 p. 11).

Arrighi considerava que a expansão do sistema-mundo moderno era o resultado de diferentes fases de desenvolvimento, marcadas por uma série de reorganizações estruturais introduzidas pelo poder hegemônico. As inovações e estratégias estruturais resultantes dessas reorganizações constituem, segundo Arrighi, o chamado “regime de acumulação em escala mundial”.

Arrighi buscou, então, entender a trajetória histórica do sistema-mundo moderno criando um modelo onde as mudanças do sistema-mundo moderno seriam associadas às transformações do poder e do capital. O modelo dos “ciclos sistêmicos de acumulação” de Arrighi associa as transições hegemônicas e as mudanças nos “regimes de acumulação”, que se movem junto. Arrighi se baseou em Braudel, Marx e Weber para elaborar seu modelo:

“I relied on Weber's idea that inter-state competition for mobile capital constitutes the world-historical specificity of the modern era. This competition, I argued, creates the demand conditions for the financial expansion. Braudel's idea of 'autumn' as the concluding phase of a process of leadership in accumulation,

which goes from material to financial, and eventually to displacement by another leader-is crucial. But so is Marx's idea that the autumn of a particular state, experiencing financial expansion, is also the springtime for another location: surpluses that accumulate in Venice go to Holland; those that accumulate in Holland then go to Britain; and those that accumulate in Britain go to the United States. Marx thus enables us to complement what we have in Braudel: autumn becomes a spring elsewhere, producing a series of interconnected developments" (ARRIGHI, 2009).

Segundo Arrighi:

"A formula geral do capital apresentada por Marx (DMD') pode ser interpretada como retratando não apenas a lógica dos investimentos individuais, mas também um padrão reiterado do capitalismo histórico como sistema mundial. O aspecto central desse padrão é a alternância de épocas de expansão material (fases DM de acumulação de capital) com fases de renascimento e expansão financeiros (fases MD'). Nas fases de expansão material, o capital monetário "coloca em movimento" uma massa crescente de produtos (que inclui a força de trabalho e dádivas da natureza, tudo transformado em mercadoria); nas fases de expansão financeira, uma massa crescente de capital monetário "liberta-se" de sua forma mercadoria, e a acumulação prossegue através de acordos financeiros (como na fórmula abreviada de Marx, DD'). Juntas, essas duas épocas, ou fases, constituem um completo ciclo sistêmico de acumulação" (ARRIGHI, 1996, p. 6).

Há, então, um duplo ciclo de acumulação de acumulação e hegemônico, cuja trajetória segue uma ascensão, um ápice e um declínio. A expansão financeira que segue a expansão material da nação hegemônica é, então, o sinal que o domínio econômico do hegemônico entrou no seu “outono”, para usar a expressão braudeliana, e que o regime de acumulação dominante está se esgotando. Um novo ciclo de acumulação pode começar, se substituindo às estruturas existentes. Arrighi observa que a fase de expansão financeira é marcada pela coexistência de dois tipos de concentração de capital que se dão de forma simultânea. Falando desses dois movimentos de concentração de capital distintos, Arrighi escreve:

"Um deles ocorreu dentro das estruturas organizacionais do ciclo de acumulação que estava chegando ao fim. Em geral, esse tipo de concentração associou-se a um derradeiro "momento maravilhoso" de reanimação [...] do

regime de acumulação ainda dominante, porém cada vez mais volátil. Mas esse momento maravilhoso [...] sempre foi a expressão de uma escalada na luta competitiva e de poder que estava prestes a precipitar a crise terminal do regime. [...] O outro tipo de concentração nas fases de expansão financeira da economia capitalista mundial pode ou não ter contribuído para uma reanimação do regime de acumulação existente. Sua principal função histórica foi aprofundar a crise do sistema, fazendo brotar estruturas regionais de acumulação que desestabilizaram ainda mais o antigo regime e anteciparam a emergência do novo” (ARRIGHI, 1996, p. 244-245).

É importante observar que o período de queda do ciclo hegemônico permite já um deslocamento da estrutura produtiva para outros estados que vão liderar o “regime de acumulação” e substituir o “hegemon” depois de sua “crise terminal”.

Nas palavras de Arrighi:

“Hegemonic breakdowns are the decisive turning points of hegemonic transitions. They are the time when the systemic organization that had been put in place by the declining hegemonic power disintegrates and systemic chaos sets in. But they are also the time when new hegemonies are forged” (ARRIGHI, 1999, p. 33).

III. Giovanni Arrighi e a tese da decadência econômica dos Estados Unidos.

O ciclo sistêmico de acumulação dominado pelos Estados Unidos é o quarto identificado por Arrighi². A primeira fase do ciclo norte-americano correspondeu à expansão financeira britânica que prolongou de forma efêmera e enganadora o domínio inglês. Ao mesmo tempo que o regime de acumulação inglês desabava, se erguiam as estruturas do novo regime de acumulação norte-americano. A segunda fase do ciclo americano foi marcada pela considerável expansão material que seguiu a Segunda Guerra, permitindo às estruturas do regime estadunidense de se impor ao mundo, através de um crescimento acelerado da

² Arrighi propôs a seguinte sucessão de ciclos de acumulação durante a história da economia-mundo capitalista: genovês (século XVI), holandês (século XVII), inglês (século XVIII até 1870) e norte-americano até hoje.

produção e do comércio. Alias, esse período ganhou o nome de “Golden Age”. Nesta Idade de Ouro do capitalismo, os Estados Unidos assumiram totalmente sua posição hegemônica, ao contrário do que tinha acontecido no Entre guerras. Eles financiaram a reconstrução da Europa com o Plano Marshall, praticaram o chamado “keynesianismo militar”, com o rearmamento depois da Guerra da Coréia, ampliaram consideravelmente seus investimentos diretos, fornecendo ao mundo capitalista a liquidez necessária para sua expansão econômica. O regime norte-americano, simbolizado pelas instituições de Bretton Woods e pela supremacia incontestada do dólar, se impôs à economia mundial. O Golden Age representa, então, no esquema arrighiano a fase de expansão material do ciclo de acumulação dominado pelos Estados Unidos.

Mas Arrighi observa que o período de expansão material dos anos 1950 e 1960, com um volume extraordinário de investimentos nos setores da produção e do comércio, se traduziu, também, por crescentes pressões competitivas. As relações de complementaridade com a Europa e o Japão, particularmente, acabaram criando as condições para esses países se tornarem cada vez mais competitivos do ponto de vista econômico. As empresas europeias e japonesas aceleraram sua internacionalização já no final dos anos 60, chegando a concorrer cada vez mais as firmas norte-americanas. Começou um declínio na participação dos Estados Unidos nos investimentos diretos mundiais. Ainda por cima, como escreve Arrighi:

“A partir de 1968, a injeção de poder aquisitivo na economia mundial, em vez de resultar no crescimento do comércio e produção mundiais, como fizera na década de 1950 e no início da seguinte, resultou numa inflação mundial de custos e numa fuga maciça de capital para os mercados monetários offshore. Esse efeito “perverso” deveu-se menos à má gestão das políticas macroeconómicas do que à emergência de uma contradição fundamental entre a expansão transnacional do capital das corporações norte-americanas e os fundamentos nacionais do poder mundial dos Estados Unidos” (ARRIGHI, 1996, p. 316).

Segundo Arrighi, a terceira e ultima fase do ciclo estadunidense teria, então, começado no final dos anos 1960 e seria simbolizada pela atual expansão financeira. Assim, Arrighi (1982, p. 55) compartilha com Wallerstein a convicção que “*in 1968, the world-economy*

entered a period of discontinuous change”, marcado pelo “declínio da ordem imperial americana”. A queda da lucratividade nos setores da produção e do comércio observada nos Estados Unidos Unidos a partir do final dos anos 1960 foi um sinal claro que a hegemonia econômica norte americana tinha entrado no seu outono. Da mesma forma, Arrighi argumenta que os Estados Unidos não se beneficiaram de sua oferta pública de capital durante os anos 1970 porque a oferta privada de dólares, principalmente através do mercado eurodólar, permitiu a muitos países das restrições de balanço de pagamentos que eles costumavam experimentar. O dólar tinha perdido boa parte de sua centralidade. Arrighi escreve assim que:

“the interaction between the crisis of profitability and the crisis of hegemony, in combination with the US inflationary strategy of crisis management, resulted in a ten-year-long increase in world monetary disorder, escalating inflation and steady deterioration in the capacity of the US dollar to function as the world's means of payment, reserve currency, and unit of account”

(ARRIGHI, p. 165).

Neste contexto, a única solução para os Estados Unidos tentarem conservar sua hegemonia econômica foi a adoção de uma política mais rígida a partir de 1979, com o aumento brutal das taxas de juros do Fed para atrair o capital circulante mundial, incentivos fiscais e uma aceleração da desregulação financeira. Nas palavras de Arrighi:

“The essence of the monetarist counterrevolution was a shift of US state action from the supply side to the demand side of the ongoing financial expansion. Through this shift; the US government stopped competing with the growing private supply of liquidity and instead created brisk demand conditions for the latter's accumulation through financial channels” (ARRIGHI, 2007, p. 160).

Começou, então, uma “Belle Époque” do capitalismo norte americano que, de acordo com a teoria arrighiana dos ciclos sistêmicos de acumulação, é o sinal claro que a hegemonia norte-americana já entrou numa “crise terminal”. Nas palavras de Arrighi:

“The main reason why the US belle époque was bound to be a temporary phenomenon, regardless of what Bush or any other US president might have done, is that financial expansions have a fundamentally contradictory impact on systemic stability. In the short run-with the understanding that, in this context, a short run encompasses decades rather than years-financial expansions tend to stabilize the existing order, by enabling incumbent

hegemonic groups to shift onto subordinate groups, nationally and internationally, the burdens of the intensifying competition that challenges their hegemony. [...] Over time, however, financial expansions tend to destabilize the existing order through processes that are as much social and political as they are economic. Economically, they systematically divert purchasing power from demand-creating investment in commodities (including labor-power) to hoarding and speculation, thereby exacerbating realization problems. Politically, they tend to be associated with the emergence of new configurations of power, which undermine the capacity of the incumbent hegemonic state to turn to its advantage the system-wide intensification of competition. And socially, they entail the massive redistribution of rewards and social dislocations, which tend to provoke movements of resistance and rebellion among subordinate groups and strata, whose established ways of life are coming under attack” (ARRIGHI, 2007, p. 162).

Na sua análise, a retomada do poder norte-americano observada nos anos 80, com o “keynesianismo militar” e o fim da União Soviética não significou um retorno dos Estados Unidos à hegemonia econômica. Pelo contrário, Arrighi defende a idéia que os Estados Unidos estão presos numa espiral negativa do ponto de vista econômico que associa os desgastes da Guerra no Iraque, o crescente aumento de seu endividamento, a perda de credibilidade do dólar como moeda internacional e a ascensão da China. No esquema arrighiano, a guerra do Iraque contribuiu assim a aprofundar o endividamento norte-americano. Esse endividamento, tanto interno, através do crescimento de seu déficit público quanto externo, via o agravamento do déficit em transações correntes, abalou a centralidade dos Estados Unidos e de sua moeda no âmbito internacional, promovendo novos países como alternativa à liderança econômica norte-americana.

Apesar disso, Arrighi não acreditava no fim do sistema mundial atual. Em decorrência da analise que ele fez da situação do sistema mundial depois dos anos 70, ele avançou primeiro a idéia do fim da hegemonia norte-americana e do deslocamento progressivo do centro para o Leste Asiático, e, principalmente, para o Japão:

“O sinal mais importante da ascensão do Leste Asiático a novo epicentro dos processos sistêmicos de acumulação do capital é que diversas de suas

jurisdições fizeram importantes avanços nas hierarquias de valor agregado e financeiras da economia capitalista mundial” (ARRIGHI, 1997, p.100 e 101).

“A substituição de uma região “antiga” (a América do Norte) por uma “nova” (o leste asiático) como o centro mais dinâmico dos processos de acumulação de capital em escala mundial já é uma realidade” (ARRIGHI, 1996, p. 344).

Depois, Arrighi mudou um pouco suas previsões e escreveu o ensaio “Adam Smith em Beijing” (2007) onde ele supõe que a China substituirá os Estados Unidos no papel do ‘hegemon’, mas, com uma postura diferente:

“If China does emerge, as I think it will, as a new centre of the global economy, its role will be radically different from that of previous hegemons. [...] If China is going to be hegemonic, it's going to be hegemonic in very different ways to the others. For one thing, military power will be far less important than cultural and economic power-particularly economic power. They have to play the economic card far more than the US ever did, or the British, or the Dutch” (ARRIGHI, 2009).

IV. Algumas críticas à teoria do fim da hegemonia econômica norte-americana.

A tese do fim da hegemonia econômica norte-americana é criticada por muitos analistas. As críticas aqui apresentadas foram desenvolvidas por economistas que baseiam seu trabalho na abordagem clássica do excedente, cujo desenvolvimento se deu a partir da obra de Piero Sraffa. Assim, a visão do endividamento dos Estados Unidos como fonte de ameaça à sua estabilidade econômica e da suposta perda de centralidade do dólar a nível mundial pode ser combatida usando a idéia de padrão “dólar flexível” desenvolvida por Franklin Serrano.

Serrano argumenta que o fim do regime de câmbio fixo estabelecido em volta do dólar pelos acordos de Bretton Woods acabou não representando um enfraquecimento do poderio norte-americano porque o novo padrão monetário que ele chama “dólar flexível” deu uma margem de ação muito maior aos Estados Unidos. Serrano começa mostrando que ao longo do “Golden Age”, os saldos comerciais e de conta corrente vão se reduzindo, devido à

reconstrução dos demais países industrializados. Esses saldos se tornam negativos em 1971. Isso é devido a um declínio relativo da competitividade americana ao longo dos anos 60, que só poderia acabar com o realinhamento cambial, impossível no âmbito do sistema de Bretton Woods. Dentro das regras do sistema de Bretton Woods, o realinhamento cambial, via aumento do preço do ouro, podia gerar uma fuga generalizada do dólar para o ouro. Se isto ocorresse, a restrição de balanço de pagamento poderia se aplicar aos EUA, o que não era o caso até então, à medida que os pagamentos internacionais passassem a ser feitos cada vez mais diretamente em ouro, em vez de dólar. Ora como escreve Serrano:

“O verdadeiro privilégio dos EUA no padrão ouro-dólar era idêntico ao da Inglaterra no padrão ouro-libra, ou seja, o país não tem restrição global de balança de pagamentos e, além disso, sua autoridade monetária determina unilateralmente a taxa de juros mundial. Era claro que os EUA não queriam perder este privilégio” (SERRANO, 2002).

Os demais países centrais recusaram a proposta estadunidense de um movimento coordenado de valorizações das moedas dos outros países, que simultaneamente deveriam reduzir o preço oficial do ouro. Pelo contrário propuseram diminuir a importância do dólar na economia internacional, aumentando o papel do ouro e/ou dos Direitos Especiais de Saque. Frente a essa situação insustentável, o chamado “Dilema de Nixon”, os Estados Unidos decretaram unilateralmente a inconversibilidade do dólar em ouro em 1971, como preparação para a desvalorização do dólar e o fim da conversibilidade em 1973.

Serrano admite que o resultado da desmontagem da ordem de Bretton Woods abriu um período de crise entre 1971 e 1979, com o crescimento da inflação internacional, a redução das taxas de crescimento nos países centrais, que ia levar ao fim do compromisso keynesiano do pleno emprego. Muitos outros fenômenos acontecem durante a década de 1970, que parecem apontar para o declínio econômico americano. O dólar se desvalorizou em relação ao iene e ao marco. Houve uma forte elevação dos preços relativos do petróleo e das matérias-primas, que foram objetos da especulação. Foi observada uma expansão acelerada do crédito privado, decorrente da internacionalização dos bancos americanos e do mercado de eurodólares. A inconversibilidade e a flexibilização das taxas de câmbio geraram ondas especulativas.

A explosão salarial que se manifestou a partir do final da década de 1960 foi o resultado do aumento do conflito distributivo nos países centrais, inclusive os Estados Unidos. Isso marcava o final do compromisso distributivo que tinha caracterizado o “Golden Age”. Assim, a análise desenvolvida por Kalecki no seu famoso artigo “*Os Aspectos Políticos do Pleno Emprego*” (KALECKI, 1983) foi confirmada. As classes proprietárias não podiam tolerar muito tempo que sejam mantidas políticas econômicas de manutenção do pleno emprego num contexto de inflação salarial que diminuía a parcela dos lucros. O poder de barganha dos trabalhadores, forte numa situação de pleno emprego que reduzia a “disciplina”, devia ser desmoralizado. A solução do conflito distributivo para as classes proprietárias sempre foi a adoção de políticas econômicas contracionistas que criavam fatalmente desemprego, o que permite reduzir consideravelmente o poder de barganha dos trabalhadores e as pressões inflacionistas.

É o que aconteceu no final de 1979 quando Paul Volker, presidente da Federal Reserve dos Estados Unidos decidiu elevar as taxas de juros nominais e reais a níveis sem precedentes. A motivação dessa decisão, ao contrário do que acham a maior parte dos analistas, não era de atrair capitais estrangeiros para financiar o déficit externo norte americano, sendo que o dólar era a moeda internacional. Como escreve Serrano:

“As importações americanas em todo o pós-guerra e até os dias de hoje, mesmo de bens cujos preços não são denominados em dólar, sempre foram pagas em dólar e, portanto, o déficit externo americano é sempre financiado na própria transação que o gera. Os fluxos de capitais afetam a taxa de câmbio, mas não a capacidade de financiamento do déficit externo” (Serrano, 2005, p. 202).

O verdadeiro objetivo do choque de juros de 1979 era, então, de domar os trabalhadores, criando as condições para uma recessão nos Estados Unidos no inicio dos anos 1980 que reduziu fortemente o poder de barganha dos trabalhadores. Além disso, o governo de Ronald Reagan abandonou as políticas de renda dos anos 1970 e promoveu a desregulamentação industrial que levou à re-localização de muitas fábricas intensivas em mão de obra nos países em desenvolvimento, enfraquecendo ainda mais os sindicatos. Depois do Choque de juros de Paul Volker, houve, também, uma onda de inovações e desregulação

financeira que vêm espalhando por todo o mundo a combinação entre enormes fluxos de capitais de curto prazo e a volatilidade dos juros e das taxas de câmbio.

Os EUA conseguiram retomar assim o controle do sistema monetário-financeiro internacional. Os demais países centrais tiveram que aceitar a centralidade do dólar no novo sistema e o padrão dólar-flexível se instalou. No padrão dólar-flexível, o dólar é a moeda internacional e, ainda por cima, fica livre das duas limitações que o padrão dólar-ouro impunha aos Estados Unidos, ou seja, da necessidade de manter o câmbio fixo, para evitar a fuga para o ouro e da obrigação de evitar déficits na conta corrente, para não ter uma redução das reservas de ouro do país central. Sem essas limitações, alias, os EUA tiveram déficit em conta corrente em quase todos os anos depois de 1971 (exceto em 73-76 e 80-81). Nas palavras de Serrano:

“No padrão dólar flexível os EUA podem incorrer em déficits na BP e financiá-los tranquilamente com ativos denominados em sua própria moeda, como nos outros padrões anteriormente citados. Além disso, a ausência de conversibilidade em ouro dá ao dólar a liberdade de variar sua paridade em relação a moedas dos outros países conforme sua conveniência, através de movidas da taxa de juros americana. Isso é verdade tanto para valorizar o dólar quanto para desvalorizá-lo” (SERRANO, 2002).

Caso uma desvalorização do dólar aconteça, não existe mais risco de fuga para o ouro, porque o próprio dólar é o lastre do novo padrão dólar-flexível. Como observa Serrano, o dólar é “*as good as one dollar*” (SERRANO, 2002). O poder militar e econômico estadunidense garantem essa supremacia, num mundo onde os Estados Unidos são a única superpotência, depois do fim da União Soviética. Os Estados Unidos foram capazes de acabar quase inteiramente com a possibilidade de serem contestados por parte dos outros países centrais. O dólar, como moeda-chave internacional é o meio de pagamento internacional, a unidade de conta nos contratos e nos preços dos mercados internacionais e também a principal reserva de valor mundial. Como afirmam Medeiros e Serrano:

“Neste sistema, todo o valor dos déficits americanos tanto em conta corrente quanto na balança de pagamentos, na medida em que os pagamentos internacionais são realizados em dólar, são total e automaticamente financiados por um influxo de capital de curto prazo idêntico ao aumento das

reservas dos outros países que necessariamente, se quiserem participar da economia monetária capitalista internacional, simplesmente têm que aceitar acumular títulos em dólar (em geral a própria dívida pública americana)” (MEDEIROS, 1999, p. 125).

Serrano critica, também, os economistas que, como Arrighi, consideram o aumento crônico do déficit público e da dívida interna como insustentável. Serrano defende a idéia de que um aumento crescente e não limitado da dívida em relação ao PIB seria difícil, a não ser que a taxa de juros que é aplicada ao passivo do setor público seja maior que a taxa de crescimento do produto. Essa situação aparece bastante improvável, sendo que o governo norte-americano possui uma grande autonomia para determinar a taxa de juros que se aplica a sua própria dívida. De qualquer forma, mesmo se o aumento da dívida fosse descontrolado, essa dívida está denominada em dólar. Ora, usando a teoria de Abba Lerner, que adotou a visão da “moeda estatal” cunhada por Knapp, a moeda sendo emitida pelo Estado e procurada por todos os agentes econômicos, não existe possibilidade de o governo quebrar na sua moeda. Desta forma, a dívida pública interna pode ser financiada sempre com a moeda estatal. A dívida na sua própria moeda é, para o Estado, um problema de distributivo interno e não um problema de recursos (LERNER, 1951).

Serrano conclui que os Estados Unidos variam sua taxa de câmbio conforme sua conveniência através da fixação de sua taxa de juros. Eles não enfrentam restrição externa e continuam emitindo a moeda internacional.

O keynesianismo militar dos Estados Unidos, apontado por Arrighi como um dos pilares do “Golden Age” vira um elemento de fraqueza, segundo ele, quando se trata dos gastos realizados com as intervenções no Iraque e no Afeganistão. Essa mudança analítica soa estranho na medida em que os empreendimentos militares norte-americanos permitiram a esse país de manter sua liderança tecnológica de forma incontestável desde a Segunda Guerra Mundial, como mostra Medeiros (Medeiros, 2005). Os Estados Unidos souberam criar um conjunto de instituições associando laboratórios de pesquisa do exército, das universidades e das empresas privadas capaz de deslocar de forma acelerada a fronteira tecnológica, tal como nenhuma potência tanto no passado quanto no presente foi capaz de fazê-lo. Muitos projetos de pesquisa só conseguem ser financiados porque recebem o apoio do setor militar norte-americano. Sem esse apoio, devido a seu alto custo, esses projetos não seriam desenvolvidos.

O atraso tecnológico acumulado pela Europa e sua incapacidade de organizar programas de pesquisa continentais oferece um bom exemplo deste fenômeno. Medeiros escreve assim que:

“O complexo-militar-industrial-acadêmico” criou, nos EUA, um abrangente processo de inovação liderado pelos descobrimentos científicos, voltado simultaneamente, para vencer a Guerra Fria com a União Soviética e impulsionar a fronteira da ciência de forma a consolidar a liderança tecnológica americana no mundo. A doutrina de que a superioridade tecnológica nas armas é fator decisivo na vitória militar, afirmou-se como visão dominante dos militares americanos desde o pós-guerra e manteve-se inalterada mesmo quando esta visão revelou-se totalmente inadequada às guerras locais, como eloquentemente demonstrada no Vietnã. O “complexo militar-industrial-acadêmico” gerou, em diferentes momentos, um estímulo tanto de demanda quanto de oferta ao processo de inovações e criou uma rede descentralizada e coordenada de instituições e comunidades tecnológicas sem rival no mundo contemporâneo” (MEDEIROS, 2005, p. 225-226).

O mecanismo de transmissão do progresso técnico gerado no complexo militar-industrial para o âmbito da economia civil funciona muito bem nos Estados Unidos, que conseguem manter suas firmas numa posição de liderança tecnológica a nível mundial. Assim, as empresas norte-americanas continuam sendo competitivas.

A tese de Arrighi segundo a qual a taxa de retorno do estoque de capital investido no comércio e na produção deveria cair durante a fase de expansão financeira do hegemônico não parece corresponder à realidade. Voltando para o inicio do suposto declínio norte americano, observa-se que os salários nominais explodiram depois de 1968, devido ao alto poder de barganha que tinham os trabalhadores (ver os argumentos de Serrano acima). Junto com esse fenômeno, houve níveis de inflação elevados. Esta explosão inflacionária e salarial se deu antes mesmo do choque do petróleo. Na visão de Garegnani, o choque petroleiro de 1973 foi usado para explicar as políticas deflacionárias que começaram a serem implementadas nos países centrais a partir de 1973, usando o desemprego para abalar o poder de barganha dos trabalhadores, segundo o mecanismo kaleckiano que já descrevemos. Essa tática funcionou, com um aumento brutal do desemprego depois da chegada ao poder de Margaret Thatcher na Inglaterra e de Ronald Reagan nos Estados Unidos. Assim, a taxa de desemprego na Inglaterra era de 11% em 1979, enquanto nos Estados Unidos era de 8,8% em 1981, números

muito altos pelo padrão desses dois países. Os sindicatos foram quebrados tanto na Inglaterra quanto nos Unidos. A greve dos controladores de voo nos Estados Unidos em 1981 e a greve dos mineiros na Inglaterra em 1984-1985 foram de uma certa forma o canto do cisne dos movimentos sindicais desses dois países (GAREGNANI, 2004).

Essa situação foi possível porque internamente os trabalhadores e os sindicatos ofereceram uma oposição reduzida, acreditando no discurso da necessidade de reduzir a inflação, supostamente gerada por “anos de fartura”. Muitos não entenderam que as mudanças institucionais implementadas a partir dos anos 1970, como a livre circulação do capital ou a desregulação financeira ameaçavam diretamente o Welfare State, que eles consideravam como dado. Externamente, também, o modelo do socialismo real da União Soviética estava já bem menos atrativo e não constituía mais uma alternativa tão sedutora para os trabalhadores. A situação ficou ainda pior com o fim efetivo da União Soviética em 1991.

A parcela dos salários caiu, então, a partir dos anos 1980 enquanto mecanicamente a parcela dos lucros aumentou, ao contrário do que deveria acontecer no modelo de Arrighi.

Enfim, a idéia de um deslocamento do poder econômico dos Estados Unidos para a China, que estaria se tornando um novo hegemôn, parece, também, não corresponder à realidade. A queda dos salários reais observada nos Estados Unidos desde os anos 70 só pode ser aceita pelos trabalhadores graças ao crédito ao consumo abundante que veio junto com a financeirização e à abertura voluntária do mercado norte-americano às manufaturas baratas oriundas da China. Neste contexto, a expansão industrial e comercial chinesa a partir do final dos anos 70 foi favorecida pelos Estados Unidos, que conservam sua vantagem nos setores mais tecnológicos e na inovação científica.

V. Conclusão.

Os argumentos desenvolvidos pelos expoentes da abordagem do excedente permitem refutar a tese de Giovanni Arrighi de uma crise terminal do poder econômico norte americano. Assim, os três pilares da argumentação de Arrighi que são o efeito negativo do aumento supostamente descontrolado do endividamento estadunidense, os desgastes econômicos provocados pela Guerra do Iraque e a perda da centralidade do dólar como moeda internacional são derrubados pelas críticas desses economistas. Enfim, essas análises das fraquezas da tese de Arrighi sobre a crise terminal dos Estados Unidos podem ser

complementadas no âmbito da Economia Política Internacional pelas observações de José Luís Fiori, que se recusa, também, a enxergar o período pós-anos 70 como uma era de declínio da hegemonia norte-americana.

Bibliografia :

- ARRIGHI, G. (1982) *Une Crise d'Hégémonie*. In: AMIN, S. ; ARRIGHI, G.; FRANK, A.G. e WALLERSTEIN, I.; *La Crise, quelle Crise ?* Paris, François Maspero.
- ARRIGHI, G. (1996) *O Longo Século XX: Dinheiro, Poder e as Origens de nosso Tempo*. São Paulo: Editora UNESP.
- ARRIGHI, G. (1997) *A ilusão do desenvolvimento*. Petrópolis, Vozes.
- ARRIGHI, G. e SILVER, B. (Orgs). (1999) *Chaos and Governance in the Modern World System*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- ARRIGHI, G. (2003) Globalização e Macrossociologia histórica. Curitiba, Revista de Sociologia e Política n°20.
- ARRIGHI, G. (2007) *Adam Smith in Beijing. Lineages of the Twenty-First Century*. Londres: Verso.
- ARRIGHI, G. (2009) *The Winding Paths of Capital - Interview by David Harvey. London*. New Left Review 56, March-April 2009.
- GAREGNANI, P.; MERI, L. (2004) *La Sinistra e la Disoccupazione. Anatomia di una sconfitta*. Roma: Rivista del Manifesto, n° 48, março 2004.
- KALECKI, M. (1983) Os *Aspectos Políticos do Pleno Emprego*. In: KALECKI, M.; *Crescimento e Ciclo das Economias Capitalistas*. São Paulo: Hucitec.
- LERNER, A.P. (1951) *Economics of Employment*. New York: MacGraw-Hill Company.

MEDEIROS, C. (2005) O desenvolvimento tecnológico americano no pós-guerra como um empreendimento militar. In: FIORI, J.L. (Org.); *O Poder americano*. Petrópolis: Editora Vozes.

MEDEIROS, C. e SERRANO, F. (1999) *Padrões Monetários Internacionais e Crescimento*. In: FIORI, J.L. (Org.); *Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações*. Petrópolis: Editora Vozes.

SERRANO, F. (2002) *Do ouro imóvel ao dólar flexível*. Campinas: Economia e Sociedade. v.11, n. 2 (19).

_____ (2005) *Relações de Poder e Política Macroeconômica Americana, de Bretton Woods ao Padrão Dólar Flexível*. In: FIORI, J.L. (Org.); *O poder americano*. Petrópolis: Editora Vozes.

_____ (2008) *A economia americana, o padrão dólar flexível e a expansão mundial nos anos 2000*. In: FIORI, J.L.; MEDEIROS, C. e SERRANO, F.; *O Mito do Colapso do Poder Americano*. Rio de Janeiro: Editora Record.